



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA (PPR-ESP)

LEBON RÉGIS

64 anos

Prefeito(a) Municipal

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Vice-Prefeito(a)

TEREZINHA FERLIN RIZZO

Secretário(a) Municipal de Saúde

ALICE GOMES DA ROCHA

Secretário(a) Municipal de Meio Ambiente

LEANDRO MEDEIROS

Secretário(a) Municipal de Infraestrutura

JOAQUIM LEONIR PRESTES CAETANO

Secretário(a) Municipal de Assistência Social

NILCE DIAS MARTINS

Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal

GEAN CARLESSO DOS SANTOS

2023



1. Revisões do PPR-ESP

Revisões	Datas	Alterações	Responsável (eis)
Revisão 0	06/11/2023	Apresentação do plano para CIR	
Revisão 1			
Revisão 2			
Revisão 3			
Revisão 4			

2. Compartilhamento do plano via site da prefeitura

Local	Responsável	Nº do Processo
Secretária Municipal de Saúde	ALICE GOMES DA ROCHA	
Defesa Civil	FLÁVIO BÜHER MACHADO NETO	

3. Responsáveis pela aplicação do PPR-ESP

Função	Nome	e-mail	Telefone(s)
Secretária Municipal de Saúde	ALICE GOMES DA ROCHA	saude@lebonregis.sc.gov.br	(49) 3247-1122
Ponto focal municipal do VIGIDESASTRES (Fiscal sanitaria)	GEAN CARLESSO DOS SANTOS	vigilanciasanitaria@lebonregis.sc.gov.br	(49) 3247-0980



4. Equipe de elaboração do PPR-ESP

Integrantes
I. GEAN CARLESSO DOS SANTOS
II. ALICE GOMES DA ROCHA
Colaboradores
I. FLÁVIO BÜHER MACHADO NETO
II.

5. Lista de Ilustrações

MAPAS	
MAPA 01	Mapa do município de Lebon Régis
MAPA 02	Uso do solo (Pedologia e Aspectos Geomorfológicos)
MAPA 03	Hidrografia – Lebon Régis
MAPA 04	Setores de risco no município de Lebon Régis/SC
MAPA 05	Áreas de risco no município de Lebon Régis/SC
GRÁFICOS	
GRÁFICO 01	População estimada por sexo e faixa etária (2020)
GRÁFICO 02	IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal (2010)
GRÁFICO 03	PIB per capita municipal entre os anos de 2010 e 2020
GRÁFICO 04	EMPRESAS e EMPREGOS por setor (2016)
GRÁFICO 05	Temperatura Média Lebon Régis
GRÁFICO 06	Temperaturas e Precipitações Médias



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

GRÁFICO 07	Decretos Registrados - S2ID - Sistema Integrado de Informações sobre Desastres
TABELAS	
TABELA 01	IDH Municipal (Educação, Longevidade e Renda)
TABELA 02	EMPRESAS e EMPREGOS por setor (2016)
TABELA 03	Temperatura e Precipitação Média no município



Sumário

Apresentação	7
1.1 Objetivo Geral.....	9
1.2 Objetivos Específicos	9
2. Marco legal e normativo	11
3. Caracterização do Município	14
3.1 Aspectos Socioeconômicos.....	14
3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	15
3.3 Economia.....	16
3.3.1 Atividades Econômicas	17
3.4 Características físicas	18
3.4.1 Clima.....	18
3.4.2 Pluviometria	19
3.4.3 Pedologia	21
3.5 Hidrografia.....	22
3.6 Saúde.....	23
3.7 Assistência Social	24
3.8 Segurança	24
3.9 Obras	24
4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos.....	25
4.1 Histórico de Eventos.....	25
4.2 Áreas e Populações Expostas	28
5. Gestão de Risco em Desastres	30
5.1 Classificação do desastre de acordo com o COBRADE.....	31
5.2 Atuação de gestão do risco na ocorrência de desastres de origem hidrológica (Alagamentos/Enxurradas).....	33
5.2.1 Redução de riscos.....	33
5.2.2 Resposta.....	37
5.2.3 Recuperação.....	38
5.3 Atuação de gestão do risco na ocorrência de desastres de origem Meteorológica (Granizo/Chuvvas Intensas/Vendaval)	39
5.3.1 Redução de riscos.....	39
5.3.2 Resposta	42
5.3.3 Recuperação.....	43
5.4 Atuação de gestão do risco na ocorrência de desastres de origem Climatológica (Estiagem).....	44
5.4.1 Redução de riscos.....	44
5.4.2 Resposta.....	48
5.4.3 Recuperação	48



5.5 Atuação de gestão do risco na ocorrência de desastres de origem Biológica (Doenças infecciosas virais/Infestações de animais)	49
5.5.1 Redução de riscos	49
5.5.2 Resposta	52
5.5.3 Recuperação	53
5.6 Atuação de gestão do risco na ocorrência de desastres de origem Geológica (Corridas de Massa)	54
5.6.1 Redução de riscos	54
5.6.2 Resposta	57
5.6.3 Recuperação	58
6. Organização da resposta às emergências em saúde pública	59
6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)	59
6.2 Sala de situação	59
7. Informações à população	60
8. Capacitações	61
9. Referências	62
Anexos	64



Apresentação

No Brasil, como em diversos outros países, verifica-se uma tendência de aumento dos desastres naturais, tais como inundações, secas e deslizamentos, bem como dos desastres de natureza tecnológica, como os relacionados a produtos químicos e radioativos, e dos impactos resultantes desses eventos em termos humanos, ambientais e materiais. Esse cenário impõe às autoridades governamentais a necessidade premente de aprimorar suas habilidades e recursos para se preparar e responder eficazmente a tais situações.

É inegável que um planejamento abrangente e minuciosamente executado desempenha um papel fundamental na gestão eficaz das consequências das emergências em saúde pública. Isso justifica a importância e a oportunidade da criação de um Plano Municipal de Preparação e Resposta a Emergências em Saúde Pública (PPR-ESP).

O Plano de Preparação e Resposta a Emergências em Saúde Pública do Município de Lebon Régis/SC é organizado de forma a assegurar respostas ágeis, pontuais, eficazes e eficientes, alinhadas com o monitoramento e a oferta de serviços de assistência durante ou imediatamente após uma situação de emergência, com o objetivo primordial de preservar vidas, minimizar os efeitos na saúde e suprir as necessidades fundamentais de saúde da população afetada.

O plano foca na análise de dados de diversos órgãos visando o levantamento dos locais e populações de risco situados no âmbito municipal, buscando a criação de medidas eficazes de gerenciamento das emergências em saúde pública provenientes de desastres de origem natural e/ou tecnológica e implementação de estratégias planejadas de preparação, mitigação e recuperação. A preparação permite a antecipação e o fortalecimento dos recursos e procedimentos necessários para responder a crises de saúde. A mitigação visa reduzir os efeitos adversos antes que ocorram. Por sua vez, a recuperação se concentra na restauração e reabilitação da saúde pública após o evento emergencial.

Os processos fundamentais na gestão de riscos de desastres serão analisados à luz dos princípios do SUS, quais sejam: universalidade, equidade e



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

integralidade da atenção à saúde da população, buscando construir uma abordagem mais eficaz na atenção à saúde da população em situações de desastre.



1. Objetivos

1.1 Objetivo Geral

A Prefeitura de Lebon Régis, através de sua Secretaria Municipal de Saúde, apresenta o Plano Municipal de Preparação e Resposta a Emergências em Saúde Pública (VIGIDESASTRES). Este plano tem como objetivo principal o desenvolvimento de um conjunto de ações, de forma contínua, pelas autoridades de saúde pública, de modo a garantir assistência à população afetada por eventos adversos e, ao mesmo tempo, fortalecer a implementação de medidas de promoção da saúde, prevenção de doenças, recuperação da saúde e redução do impacto associado às situações adversas desencadeadas por desastres naturais e antropogênicos na esfera da saúde pública.

1.2 Objetivos Específicos

O presente plano estabelece uma série de Objetivos Específicos, que são:

1- Estabelecer a estratégia de ação municipal para lidar com emergências em saúde pública, a fim de fornecer assistência e cuidados adequados à população afetada por eventos adversos;

2- Levantar informações relacionadas a desastres no âmbito municipal e, com base nesse levantamento, identificar as regiões e grupos populacionais com maior susceptibilidade de serem impactados por eventos adversos;

3- Implementar uma ação coordenada entre os diferentes setores municipais com o propósito de assegurar uma resposta oportuna, eficiente e eficaz às emergências em saúde pública que possam ocorrer dentro do município de Lebon Régis/SC;

4- Estabelecer estratégias para prevenir riscos subsequentes de desastres; e

5- Identificar as funções e responsabilidades atribuídas às distintas áreas/setores municipais, bem como as formas de interação com os meios de comunicação e a mídia em geral, no contexto de uma situação de emergência em saúde pública. Isso visa a assegurar uma abordagem coordenada e eficaz na gestão de informações e na comunicação durante tais situações.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Estes objetivos constituem a base para orientar a ação e a execução deste plano, permitindo uma abordagem estruturada e direcionada para atingir os resultados desejados.



2. Marco legal e normativo

Para embasamento das ações propostas neste PPR-ESP, foi realizada pesquisa exploratória sobre o arcabouço legal vigente, contendo as ações coordenadas de gerenciamento dos riscos e dos impactos dos desastres. Diante disso, o arcabouço legal está apresentado a seguir:

- Lei nº 8.080 do SUS (1990): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- Portaria nº 1.172 (2004): Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).
- Lei nº 12.187 (2009): Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- Portaria nº 4.279 (2010): Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Decreto nº 7.257(2010): Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.
- Decreto nº 7.616 (2011): “Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN/SUS”.
- Portaria nº 2.952 (2011): Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS).



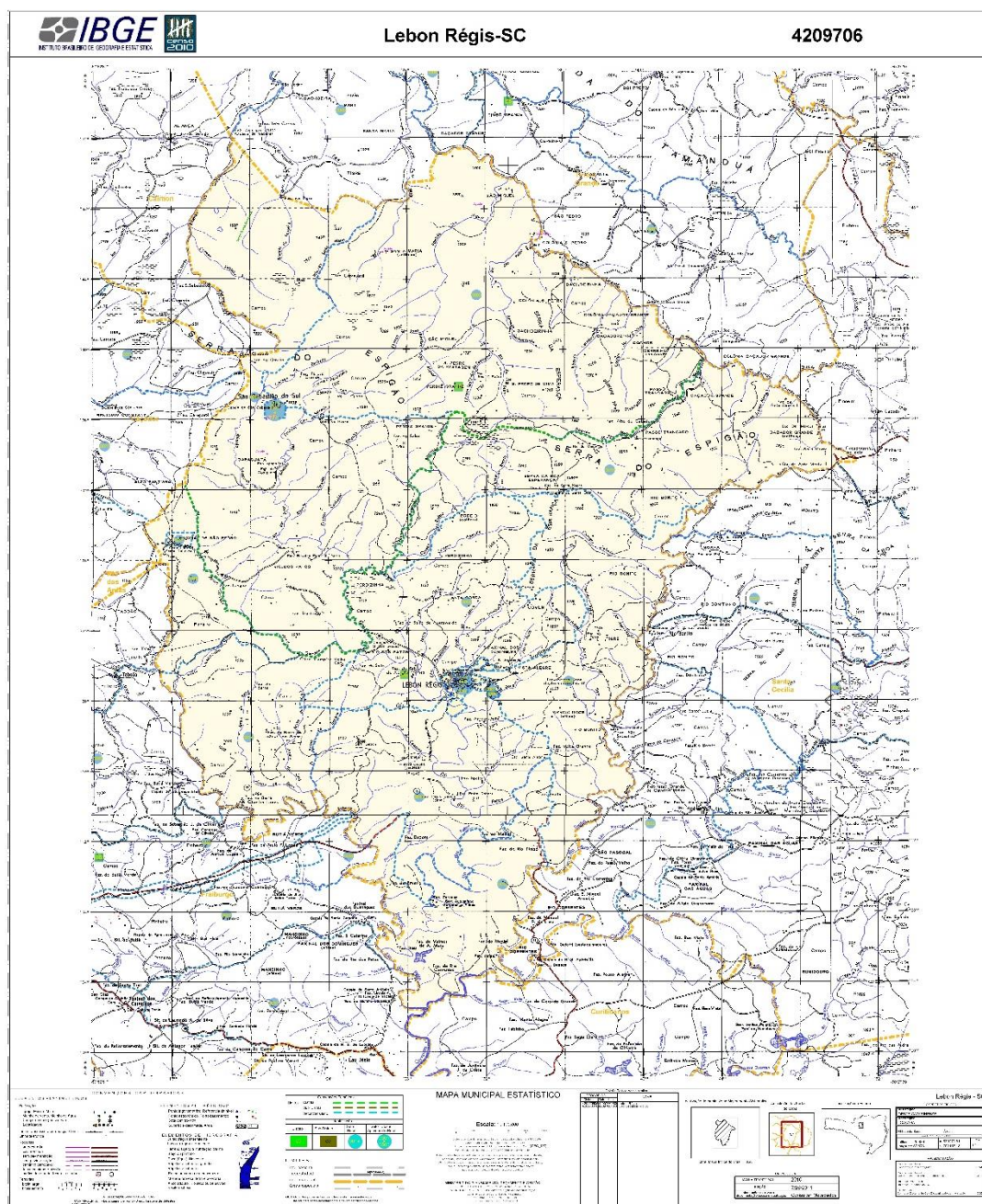
- Decreto nº 7.535 (2011): Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”.
- Portaria GM/MS nº 888 (2021): Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- Lei nº 12.608 (2012): Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.
- Decreto nº 7.508 (2011): Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
- Portaria nº 1.378 (2013): Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- Portaria nº 2.436 (2017): Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Resolução nº 588 (2018): Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).



- Portaria nº 188 (2020): “Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)”.
- Decreto nº 10.212 (2020): “Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005”. No documento “Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)” referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, “a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas”.
- Portaria SES nº 614 (2021): visa “instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde”.
- Portaria SES nº 615 (2021): visa “aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)”.
- Portaria Nº 260 (2022): Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
- A Portaria GM/MS Nº 874 (2021), dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres.
- A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC, estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.



3. Caracterização do Município



Mapa 01: Mapa do município de Lebon Régis. Fonte: IBGE

3.1 Aspectos Socioeconômicos

O município de Lebon Régis encontra-se situado na mesorregião Oeste Catarinense, a uma distância aproximada de 360 quilômetros da capital Florianópolis. Com base no último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



(IBGE 2022), a população de Lebon Régis é composta por 11.472 habitantes, ocupando a 113ª posição entre os municípios mais populosos do estado.

De acordo com Censo demográfico do Brasil de 2010, no município existem cerca de 3.480 domicílios particulares permanentes, sendo 2.180 deles situados na zona urbana e 1.300 na zona rural.

O município localiza-se na Mesorregião Oeste Catarinense e Microrregião de Joaçaba, possuindo uma área territorial de 941,640 km² e densidade demográfica de 12,18 habitante por quilômetro quadrado (Fonte: IBGE 2022).

Pirâmide Etária - 2010

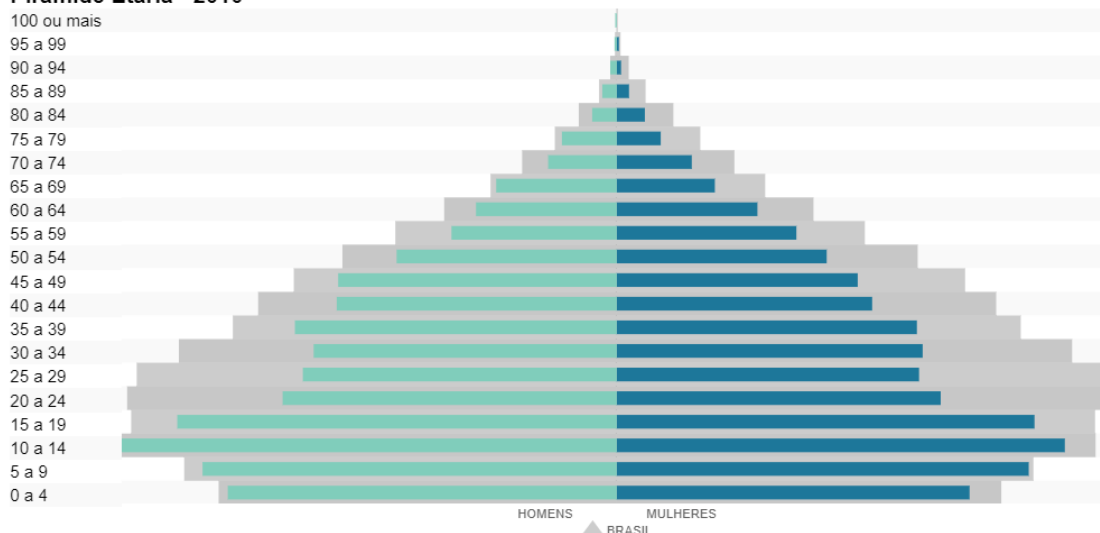


Gráfico 01: População estimada por sexo e faixa etária (2020). Fonte: IBGE

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é uma medida composta que permite a interpretação de dados de qualidade de vida em uma localidade com base em três principais indicadores: saúde (expectativa de vida), educação (anos médios de estudo e anos esperados de estudo) e renda (renda per capita).

O município de Lebon Régis atinge um IDH médio de 0,649 (IBGE, 2010). No gráfico a seguir é possível observar o crescimento do IDH do município entre os anos de 1991 e 2010:

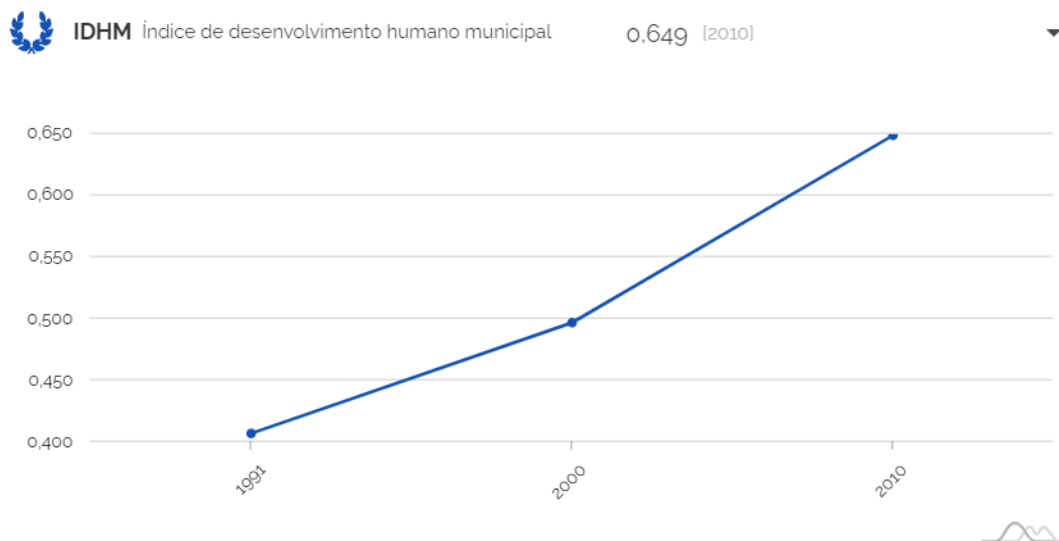


Gráfico 02: IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal (2010). Fonte: IBGE

Na tabela abaixo, é possível observar o mapeamento dos principais indicadores acima citados, bem como a colocação estadual do município de Lebon Régis no que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios de Santa Catarina.

Renda 2010	Longevidade 2010	Educação 2010	IDH Médio 2010	Posição estadual no IDH Médio 2010
0.632	0.806	0.537	0.649	286º

Tabela 01: IDH Municipal (Educação, Longevidade e Renda). Fonte PNDU/IBGE

3.3 Economia

O Produto Interno Bruto (PIB) é uma das métricas econômicas fundamentais para avaliar o crescimento econômico e desenvolvimento de uma região.

Em 2020, o Produto Interno Bruto per capita do município de Lebon Régis atingiu R\$ 30.207,77. Isso o coloca na terceira posição entre os municípios da região geográfica próxima e na ducentésima nona posição em todo o estado.

No seguinte gráfico, é possível observar o crescimento do PIB per capita do município entre os anos de 2010 e 2020:

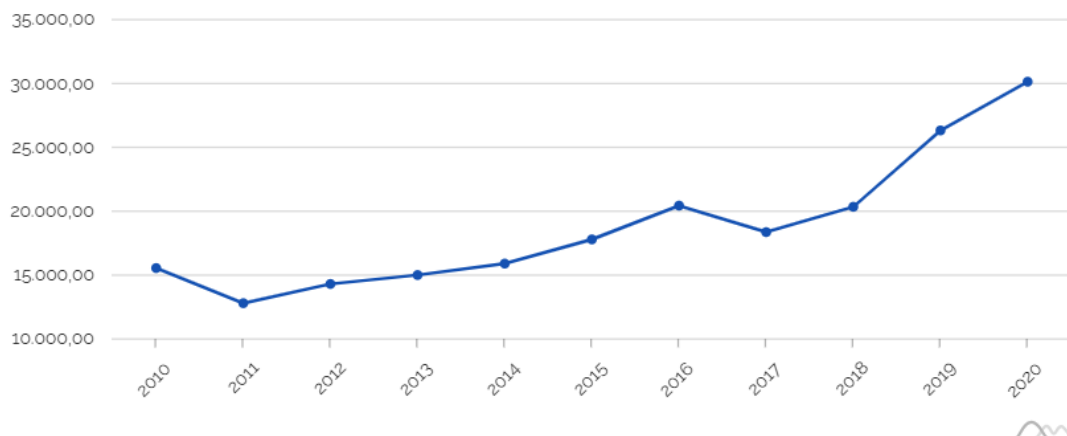


Gráfico 03: PIB per capita municipal entre os anos de 2010 e 2020. Fonte: IBGE

3.3.1 Atividades Econômicas

No contexto econômico do município de Lebon Régis, diversos setores desempenham papéis de destaque, contribuindo para sua dinâmica e desenvolvimento.

De acordo com informações coletadas a partir de um estudo realizado pelo Sebrae/SC no ano de 2019, com base em dados do Ministério do Trabalho e Emprego (Dados do ano de 2016), os principais setores do município incluem a agricultura, o comércio, os serviços, a indústria e a construção. Veja:

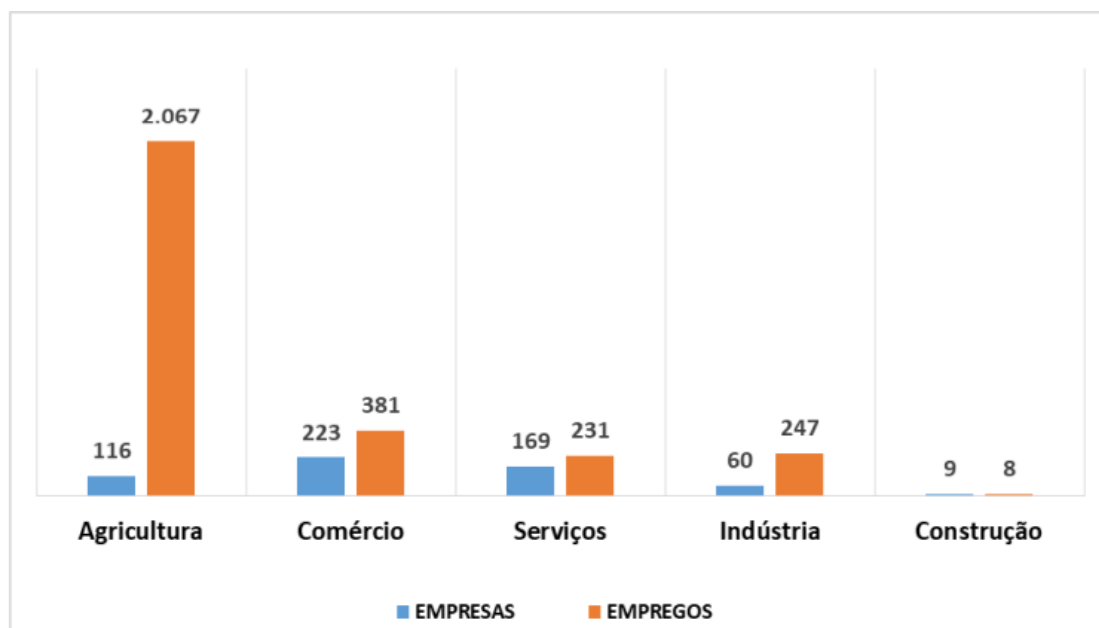


Gráfico 04: EMPRESAS e EMPREGOS por setor (2016). Fonte: MTE/RAIS



O mapeamento a seguir ilustra a significativa conexão entre o desempenho dos diversos segmentos e sua contribuição para a geração de empregos no município. Nele, é possível observar o número de empregos criados por segmento durante o ano de 2016:

<i>Atividade</i>	<i>Nº de empregos</i>	
<i>Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente</i>	952	28,1%
<i>Cultivo de maçã</i>	536	15,8%
<i>Administração pública em geral</i>	406	12,0%
<i>Cultivo de tomate rasteiro</i>	224	6,6%
<i>Horticultura, exceto morango</i>	212	6,3%
<i>Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada</i>	73	2,2%
<i>Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente</i>	52	1,5%
<i>Extração de madeira em florestas plantadas</i>	51	1,5%
<i>Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados</i>	49	1,4%
<i>Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências</i>	49	1,4%
<i>Demais atividades</i>	785	23,2%

Tabela 02: EMPRESAS e EMPREGOS por setor (2016). Fonte: MTE/RAIS

3.4 Características físicas

3.4.1 Clima

O município de Lebon Régis apresenta um clima quente e temperado. Existe uma pluviosidade significativa ao longo do ano. Mesmo o mês mais seco ainda assim tem muita pluviosidade. O clima é classificado como Clima temperado propriamente dito (CFB) de acordo com a Köppen e Geiger. A temperatura média anual em Lebon Régis é 16.1 °C.

O gráfico abaixo apresenta informações acerca da temperatura média do município para cada mês do ano:

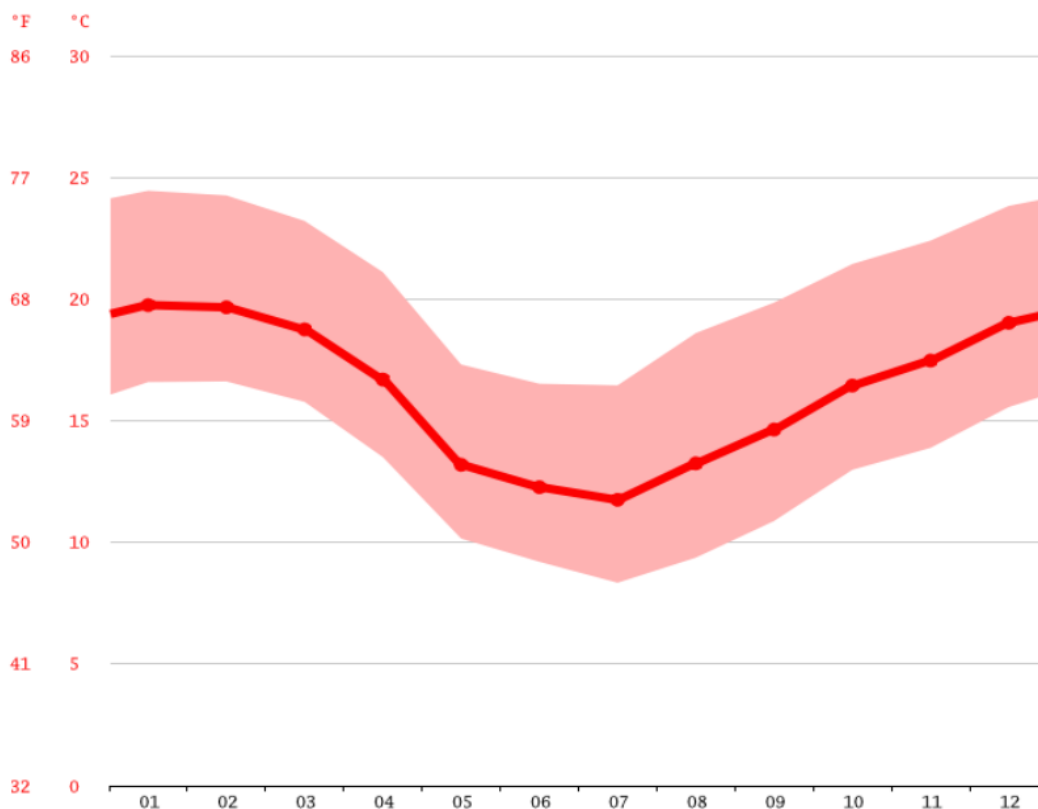


Gráfico 05: Temperatura Lebon Régis. Fonte: Climate Data.

Em análise ao gráfico é possível observar que o mês mais quente do ano é Janeiro com uma temperatura média de 19.8 °C. Em contrapartida, Julho tem uma temperatura média de 11.7 °C, sendo a mais baixa ao longo do ano.

3.4.2 Pluviometria

A pluviometria, ou a medição da quantidade de chuva que uma cidade recebe, é um componente vital para a compreensão do clima e dos recursos hídricos de uma região. A coleta e análise de dados pluviométricos fornecem informações valiosas para uma série de aplicações, desde a gestão de recursos hídricos até a previsão de inundações e outras emergências em saúde pública.

Os dados que serão apresentados a seguir representam o comportamento da chuva e da temperatura ao longo do ano. As médias climatológicas são valores calculados a partir de uma série de dados de 30 anos observados. Através destas informações, será possível identificar claramente as épocas mais chuvosas ou secas e as mais quentes ou frias do município de Lebon Régis. Veja:

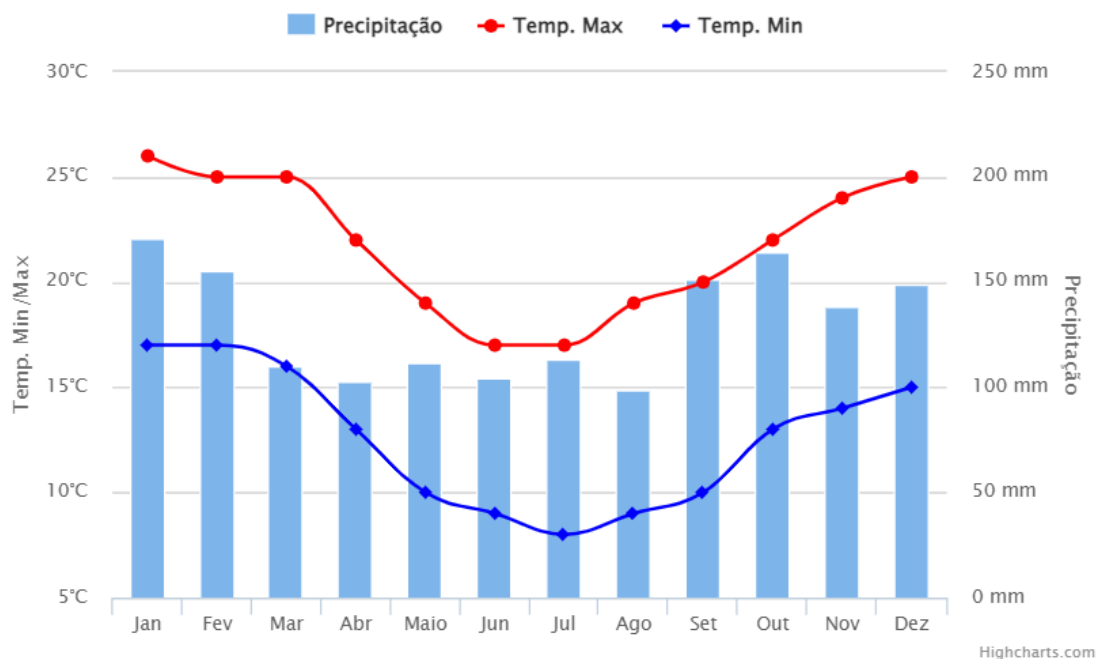


Gráfico 06: Temperaturas e Precipitações Médias. Fonte: Clima Tempo.

De acordo com os dados acima apresentado, verifica-se que o mesmo de agosto apresenta uma precipitação média 99mm, sendo o mais seco do ano. Apresentando uma média de 171 mm, o mês de Janeiro é o mês de maior precipitação.

Para melhor compreensão das informações, segue abaixo tabela com os valores médios de temperatura e precipitação discriminados mês a mês:

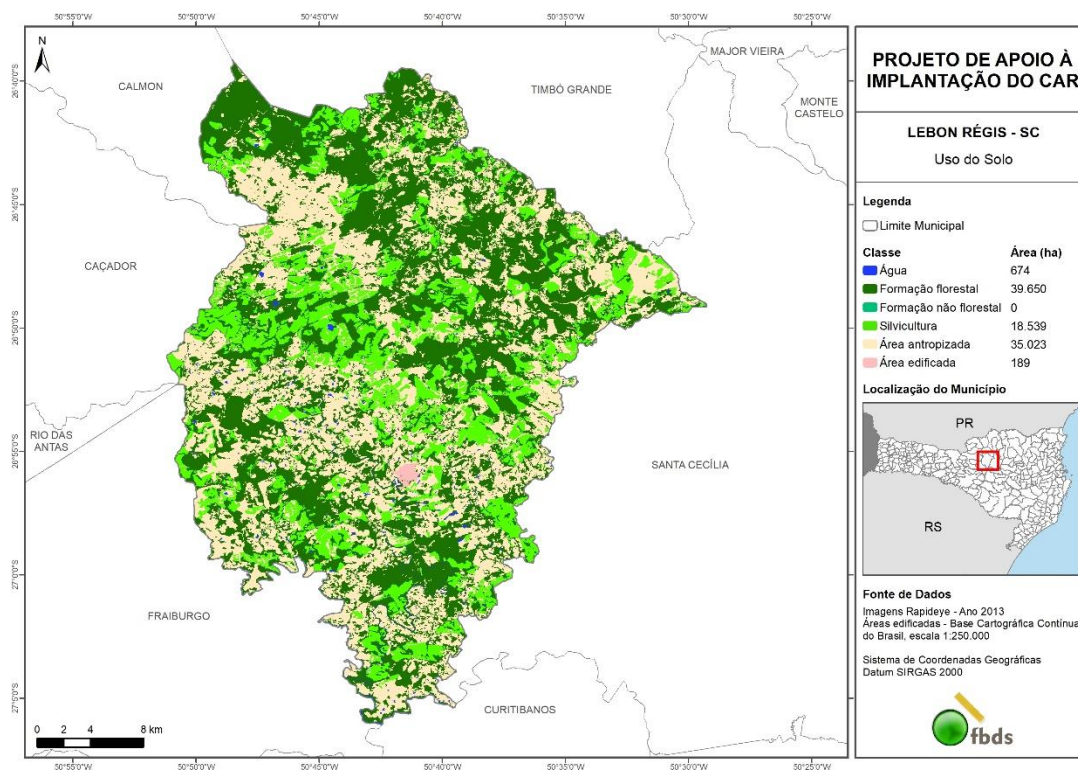


Mês	Mínima (°C)	Máxima (°C)	Precipitação (mm)
Janeiro	17°	26°	171
Fevereiro	17°	25°	155
Março	16°	25°	110
Abril	13°	22°	103
Maiο	10°	19°	112
Junho	9°	17°	104
Julho	8°	17°	113
Agosto	9°	19°	99
Setembro	10°	20°	151
Outubro	13°	22°	164
Novembro	14°	24°	138
Dezembro	15°	25°	149

Tabela 03: Temperatura e Precipitação Média no município. Fonte: Clima Tempo.

3.4.3 Pedologia

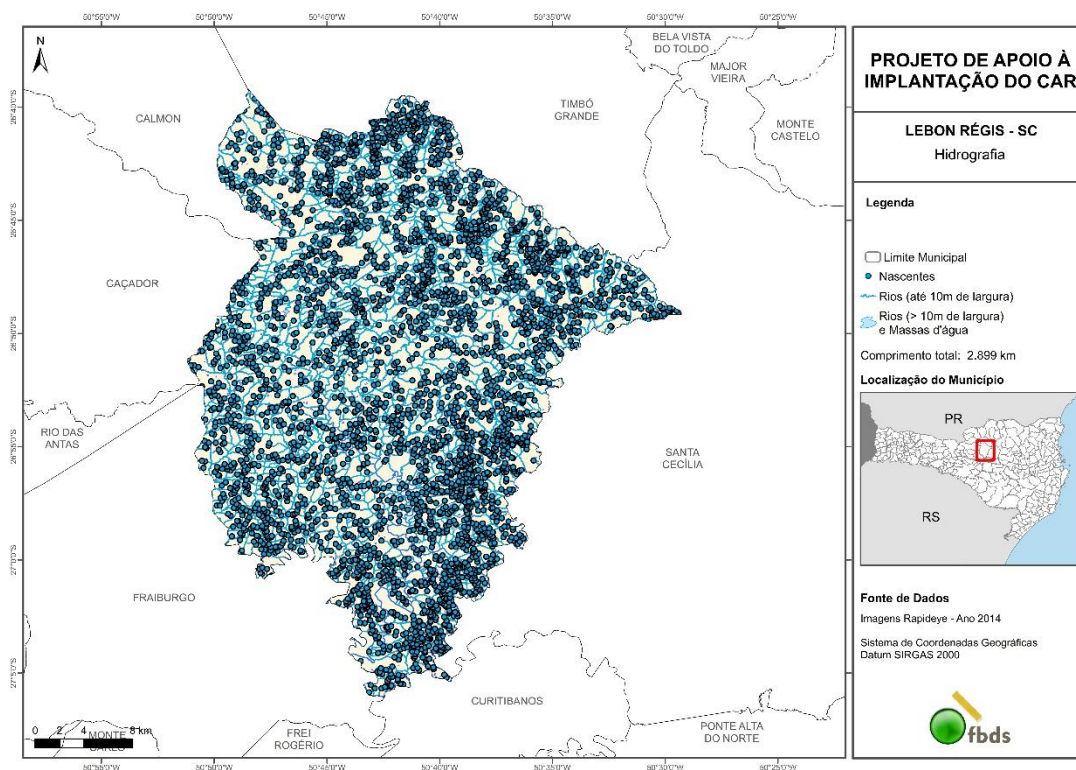
A análise do uso do solo, com foco na pedologia e nos aspectos geomorfológicos, é essencial para compreender a dinâmica do ambiente e as intervenções humanas na paisagem. O mapa que se segue oferece uma representação visual desses elementos, evidenciando as características naturais e as influências antrópicas. Este recurso é fundamental para o planejamento territorial e o desenvolvimento sustentável.



Mapa 02: Uso do solo (Pedologia e Aspectos Geomorfológicos). Fonte: FBDS.

3.5 Hidrografia

O complexo hidrográfico do município de Lebon Régis é um componente vital de sua paisagem e ecossistema, desempenhando um papel fundamental em diversas áreas, desde o abastecimento de água potável até a sustentação da biodiversidade local. Neste contexto, o mapa que será apresentado a seguir oferece uma representação visual abrangente da hidrografia deste município, destacando as nascentes que dão origem a seus rios, bem como os cursos d'água, categorizados em rios de até 10 metros de largura e aqueles com mais de 10 metros de largura. Essa visualização detalhada e informativa permitirá uma compreensão mais profunda da rede hidrográfica de Lebon Régis e suas implicações para o meio ambiente e a comunidade local.



Mapa 03: Hidrografia – Lebon Régis. Fonte FBDS

De acordo com a classificação estabelecida pelo Gerenciamento de Recursos Hídricos em 2007, o Estado de Santa Catarina foi subdividido em 10 Regiões Hidrográficas (RH). Das bacias que se encontram na vertente do interior, cinco delas integram as seguintes Regiões Hidrográficas: Extremo Oeste, Meio Oeste, Vale do Rio do Peixe, Planalto de Lages e Planalto de Canoinhas. As demais Regiões Hidrográficas pertencem à Vertente Atlântica, incluindo a Baixada Norte, Vale do Itajaí, Litoral Centro, Sul Catarinense e Extremo Sul Catarinense.

O município de Lebon Régis está localizado na região hidrográfica do Planalto de Lages (RH 4), uma área geográfica de grande importância no que se refere aos recursos hídricos de Santa Catarina. Dentro desta região, a captação de água bruta destinada ao consumo humano no município é conduzida principalmente a partir das águas do Rio dos Patos. Este rio é um dos mananciais de destaque na bacia hidrográfica do Rio Canoas (CASAN, 2018).

3.6 Saúde



No âmbito do município, o Sistema Único de Saúde (SUS) disponibiliza uma gama de serviços voltados para garantir a abrangência e integralidade do atendimento em saúde, que incluem:

- 1- Atenção Primária em Saúde;
- 2- Setor de Controle e Avaliação;
- 3- Urgência e Emergência;
- 4- Atenção Psicossocial; e
- 5- Assistência Farmacêutica.

3.7 Assistência Social

A Secretaria de Assistência Social encontra-se situada na Rua Nicolau Spautz, S/N, no Centro de Lebon Régis, sob a supervisão da Secretária de Assistência Social, Trabalho, Renda e Habitação Nilce Dias Martins. Contato com a Secretaria de Assistência Social pode ser realizado por meio do número de telefone (49) 3247-1067 bem como através do endereço de e-mail assistenciasocial@lebonregis.sc.gov.br.

3.8 Segurança

Os órgãos responsáveis pela preservação da Segurança Pública no âmbito municipal incluem:

Delegacia da Polícia Civil: Situada na Rua Arthur Barth, S/N, Bairro Centro. Telefone de contato n. (49) 3247-0080 e e-mail: dplebonregis@pc.sc.gov.br

Polícia Militar: O 2ºGp/2ºPel/1ªCia/33ºBPM/2ºCRPM encontra-se localizado na Rua Ivens Araújo, n. 331, no Centro de Lebon Régis. O 2º Sargento Jair Dias é o atual responsável pelo órgão, exercendo o cargo de Comandante. É possível entrar em contato com a Polícia Militar do município por meio dos números de telefone (49) 3561-6870 e (49) 3561-6871 ou por meio do endereço de e-mail: 33bpm1c2p2g@pm.sc.gov.br.

3.9 Obras

A Secretaria Municipal de Infraestrutura da Prefeitura de Lebon Régis, está localizada no endereço Rua Lucindo João David, S/N, no Bairro Abraão dos Santos Maciel.



O responsável por esta pasta é o Secretário de Infraestrutura, Joaquim Leonir Prestes Caetano. Telefone para contato n. (49) 3247-0188.

4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos

4.1 Histórico de Eventos

A compreensão do histórico de desastres naturais e antropogênicos em um município é de vital importância para a gestão e planejamento eficaz da segurança.

O conhecimento detalhado dos eventos passados fornece percepções sobre os riscos que a comunidade enfrenta, permitindo a implementação de estratégias preventivas e de resposta apropriadas. Neste contexto, a seguir será abordado o histórico de desastres naturais e antropogênicos ocorridos no município.

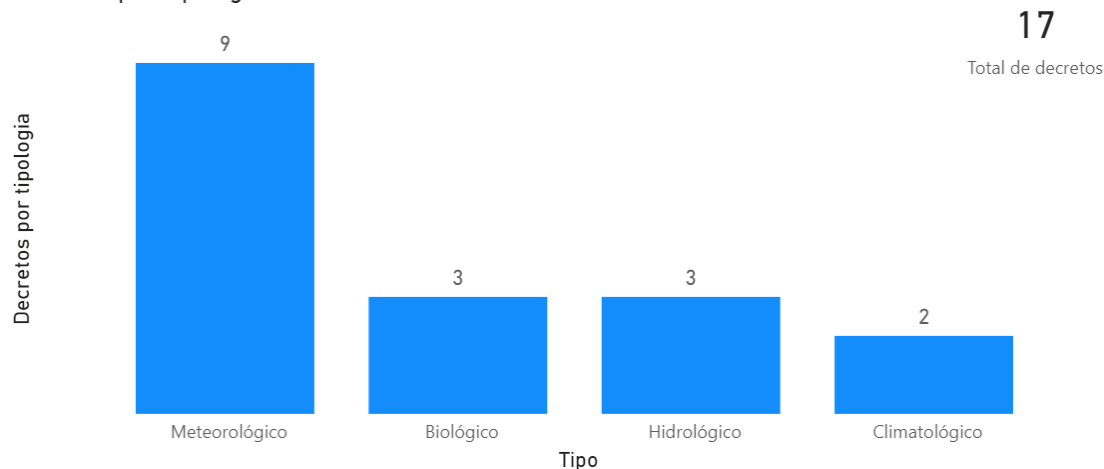
No intervalo de 2014 a 2022, foram registrados um total de 17 (dezessete) decretos municipais acerca de situações relacionadas a situações de desastre e/ou emergências em saúde pública. A lista desses decretos pode ser visualizada a seguir para referência.

Registro	UF	Município	Desastre	Tipo
2022	SC	Lebon Régis	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas	Meteorológico
2022	SC	Lebon Régis	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas	Meteorológico
2022	SC	Lebon Régis	Tempestade Local/Convectiva - Granizo	Meteorológico
2022	SC	Lebon Régis	Estiagem	Climatológico
2021	SC	Lebon Régis	Tempestade Local/Convectiva - Granizo	Meteorológico
2021	SC	Lebon Régis	Doenças infecciosas virais	Biológico
2021	SC	Lebon Régis	Infestações de animais	Biológico
2020	SC	Lebon Régis	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	Meteorológico
2020	SC	Lebon Régis	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	Meteorológico
2020	SC	Lebon Régis	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	Meteorológico
2020	SC	Lebon Régis	Estiagem	Climatológico
2020	SC	Lebon Régis	Doenças infecciosas virais	Biológico
2019	SC	Lebon Régis	Tempestade Local/Convectiva - Granizo	Meteorológico
2018	SC	Lebon Régis	Enxurradas	Hidrológico
2017	SC	Lebon Régis	Tempestade Local/Convectiva - Tornados	Meteorológico
2015	SC	Lebon Régis	Alagamentos	Hidrológico
2014	SC	Lebon Régis	Alagamentos	Hidrológico

Dos 17 (dezessete) decretos registrados, 06 (seis) foram reconhecidos como desastres. Veja:



Decretos por Tipologia



UF	Status	Quantidade de decretos
SC	Reconhecido	6
SC	Registro	11
Total		17

Gráfico 07: Decretos Registrados - S2ID - Sistema Integrado de Informações sobre Desastres.

Abaixo, fornecemos um resumo conciso das situações relacionadas aos seis decretos municipais que foram identificados como desastres naturais e antropogênicos, juntamente com sua categorização conforme a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade):

Mês /Ano	Classificação do Desastre (COBRADE – Anexo XX)	Breve relato
06/2014	1.2.3.0.0 Alagamentos: Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas.	Grande volume de chuva no mês de junho do ano de 2014 provocou alagamentos em pontos da cidade, bem como a interrupção de trechos de rodovia (SC-340/Lebon Regis). Entre as 8h do dia 05/06/2014 e as 8h do dia 09/06/2014 houve o registro de 140.2mm de chuva no município



04/2020	1.5.1.1.0 Doenças infecciosas virais: Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus.	Em função da Pandemia de COVID-19 foi declarado, em 17 de abril de 2020, por meio do decreto estadual n. 562/2020, estado de calamidade pública.
07/2020	1.3.2.1.5 Vendaval: Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região.	Quantidades elevadas de chuva e fortes ventos atingiram o município provocando danos localizados. Segundo informações da Epagri/Ciram, à época foram registrados ventos de, em média, 80 a 90 km/h no território catarinense.
07/2021	1.5.1.1.0 Doenças infecciosas virais: Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus.	Em 24 de junho de 2021 foi declarado, por meio do Decreto nº 1.344, estado de calamidade pública em todo o território catarinense, para fins de enfrentamento da pandemia de COVID-19.
03/2022	1.4.1.1.0 Estiagem: Período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.	Ocorrência de estiagem atingindo o município e a região, resultando em danos e prejuízos. Os baixos índices de precipitação geraram a ocorrência de danos em diversas culturas e atividades agrícolas e pecuárias, como bovinocultura de Leite, Lavouras de Trigo, Soja, Milho e Fumo, bem como pomares de frutas, causando grandes prejuízos na produção. Devido ao ocorrido, foi declarada Situação de Emergência no Município de Lebon Régis em 04 de janeiro de 2022, por meio do Decreto nº 001/2022. Entre as medidas adotadas para minimizar os prejuízos, destaca-se que a administração municipal, por meio da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Meio Ambiente, realizou a perfuração de poços



		destinados ao abastecimento tanto humano quanto animal.
03/2022	1.3.2.1.3 Granizo: Precipitação de pedaços irregulares de gelo.	Evento climático ocorrido no Município de Lebon Régis no dia 18 de fevereiro de 2022 às 17h30min, com queda de granizo causando grandes prejuízos à agricultura e pecuária municipal, bem como às áreas centrais e bairros. Um total de 144 residências sofreram destelhamento em função do evento.

4.2 Áreas e Populações Expostas

O município de Lebon Régis, localizado em Santa Catarina, apresenta áreas de risco relacionadas tanto a problemas hidrológicos, como solapamentos de margens de córregos e inundações, quanto a movimentos gravitacionais de massa. Dos oito setores identificados na cidade, seis deles enfrentam desafios ligados a questões hidrológicas, tais como inundações e solapamentos de margens de córregos.

Com relação às áreas sujeitas a inundações, é evidente a presença de habitações próximas a rios de médio e grande porte, alguns dos quais sofrem com considerável assoreamento devido à supressão da mata ciliar. Em certos pontos dessas áreas, as moradias estão situadas em margens instáveis devido a erosões fluviais e erosões causadas pela chuva na superfície.

No que diz respeito aos setores em risco de deslizamentos de terra, um deles se originou devido a um talude de corte que foi construído sem os devidos cuidados geológicos-geotécnicos. A outra área de risco envolve uma residência construída próxima a uma encosta de declividade moderada, que tem um histórico prolongado de movimentos de massa.

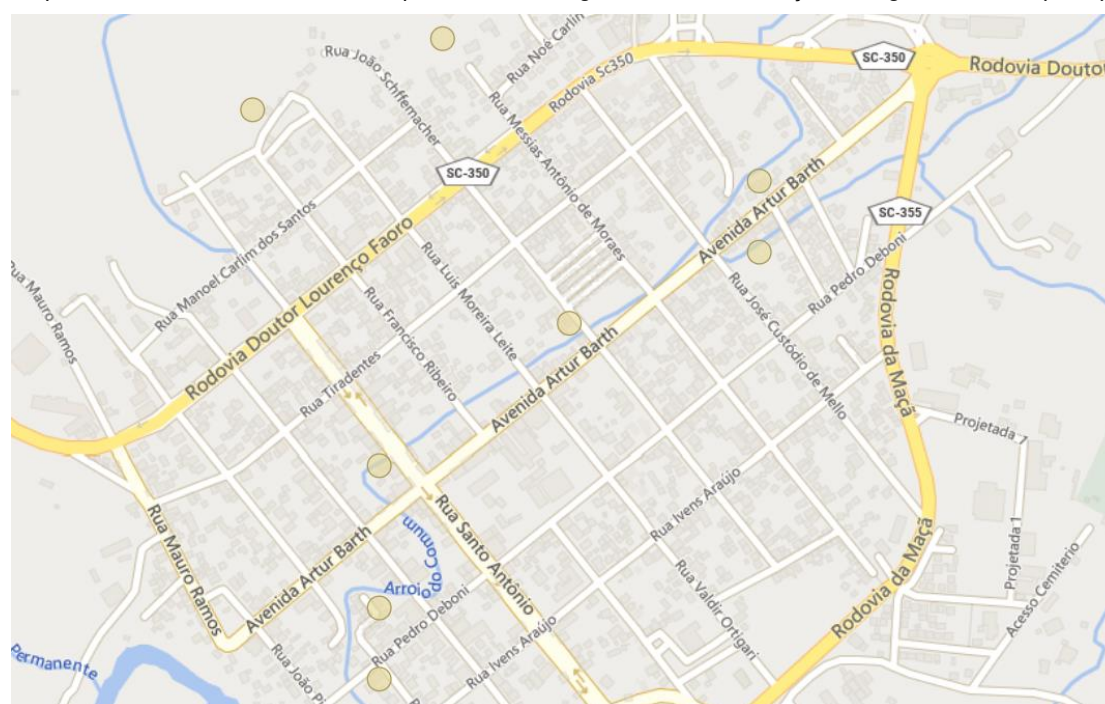
Nos mapas subsequentes, é possível visualizar a demarcação dos setores de risco situados no município de Lebon Régis, bem como o número estimado de pessoas e imóveis em risco:



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA



Mapa 04: Setores de risco no município de Lebon Régis/SC. Fonte: Serviço Geológico do Brasil (2018).



UF	Município	Áreas de risco	Pessoas em risco	(%) População em áreas de risco	Imóveis em risco
SC	LEBON RÉGIS	8	400	3,30	100

Mapa 05: Áreas de risco no município de Lebon Régis/SC. Fonte: Serviço Geológico do Brasil – SGB.



Com base nas informações discriminadas nos mapas acima e outras disponibilizadas pelo Serviço Geológico do Brasil – SGB (2018), entre os oito setores de risco situados no município de Lebon Régis foi possível identificar 100 imóveis em situação de vulnerabilidade, colocando em risco uma quantidade estimada de 400 pessoas. A distribuição desses riscos nos setores é a seguinte: o Setor 01 abrange 2 casas com 8 pessoas, o Setor 02 possui 1 casa com 4 pessoas, o Setor 03 apresenta 35 casas com 140 pessoas, o Setor 04 possui 25 casas com 100 pessoas, o Setor 05 abrange 18 casas com 72 pessoas, o Setor 06 tem 2 casas com 8 pessoas, o Setor 07 também possui 2 casas com 8 pessoas, e, por fim, o Setor 08 inclui 15 casas com 60 pessoas. Esses números refletem a importância de medidas de controle e prevenção em todas essas áreas de risco para garantir a segurança das pessoas e propriedades envolvidas.

Informações detalhadas sobre os setores acima discriminados podem ser consultadas de modo online, por meio [Repositório Institucional de Geociências \(RIGeo\)](#).

5. Gestão de Risco em Desastres

Para desenvolver as atividades da gestão de risco, foi criado pelo Ministério da Saúde, no âmbito da Vigilância em Saúde Ambiental, o programa VIGIDESASTRES que tem como objetivo o desenvolvimento de um conjunto de ações, de forma contínua, pelas autoridades de saúde pública, para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde, reduzir doenças e agravos secundários à exposição e reduzir os danos à infraestrutura de saúde.

Em 2023, o Programa VIGIDESASTRES foi instituído neste município e o ponto focal do VIGIDESASTRES atualmente é o Senhor Gean Carlesso dos Santos, alocado no Setor de Vigilância Sanitária.

01. Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres.

Etapa	Fase	Objetivo
Redução	Prevenção	Atividades para evitar o evento ou para impedir a emergência.



Etapa	Fase	Objetivo
Elementos da Gestão de risco para evitar ou limitar o impacto adverso de ameaças.	Mitigação	Medidas para limitar o impacto adverso.
	Preparação	Medidas para identificar e reduzir as vulnerabilidades e os riscos.
Manejo Ações que devem ser provenientes do sinal de alerta, intensificação das atividades de rotina e execução de ações necessárias.	Alerta	Divulgação sobre a proximidade de uma emergência ou desastres e sobre ações que instituições e a população devem realizar para minimizar os efeitos ao risco.
	Resposta	Atividades para gerir os efeitos de um evento.
Recuperação Compreende a reabilitação de atividades e serviços e a Reconstrução.	Reabilitação	Período de transição que se inicia ao final da resposta em se restabelecem, de forma transitória, os serviços básicos indispensáveis.
	Reconstrução	Nova infraestrutura física, com medidas para redução das vulnerabilidades e riscos.

Fonte: CGVAM/DSAST/SVS/MS

5.1 Classificação do desastre de acordo com o COBRADE

1. NATURAIS	
Grupo 2. Desastres Hidrológicos	Simbologia



Alagamentos: Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas.	
Enxurradas: Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.	
Grupo 3. Desastres Meteorológicos	Simbologia
Tempestade local/Convectiva – Granizo: Precipitação de pedaços irregulares de gelo.	
Tempestade local/Convectiva – Chuvas intensas: São chuvas que ocorrem com acumulados significativos, causando múltiplos desastres (ex.: inundações, movimentos de massa, enxurradas, etc.).	
Tempestade local/Convectiva – Vendaval: Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região.	
Grupo 4. Desastres Climatológicos	Simbologia
Seca – Estiagem: Período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.	
Grupo 5. Desastres Biológicos	Simbologia



Epidemias - Doenças infecciosas virais: Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus.	
Infestações/Pragas - Infestações de animais: Infestações por animais que alterem o equilíbrio ecológico de uma região, bacia hidrográfica ou bioma afetado por suas ações predatórias.	
Grupo 1. Desastres Geológicos	Simbologia
Movimento de massa - Corridas de massa: Ocorrem quando, por índices pluviométricos excepcionais, o solo/lama/rocha/detrito, misturado com a água, tem comportamento de líquido viscoso, de extenso raio de ação e alto poder destrutivo.	

5.2 Atuação de gestão do risco na ocorrência de desastres de origem hidrológica (Alagamentos/Enxurradas)

5.2.1 Redução de riscos

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis (INMET, INPE, BDQUEIMADAS, EPAGRI, S2ID, Defesa Civil, etc).	Vigilância Sanitária Municipal e Defesa Civil Municipal



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de WhatsApp	Vigilância Sanitária Municipal.
	Elaboração e disponibilização de material informativo sobre prevenção de doenças e agravos provenientes de desastres de origem hidrológica	Vigilância Epidemiológica
	Identificação de ameaças e vulnerabilidades que influenciem as condições de saúde em caso de ocorrência de desastres	Vigilância Sanitária Municipal e Defesa Civil Municipal
	Monitoramento das áreas de risco situadas no município	Defesa Civil Municipal
	Identificação de grupos vulneráveis	Setor de Assistência Social
	Realização do controle de qualidade sanitária de serviços e produtos destinados ao consumo	Vigilância Sanitária Municipal
	Monitoramento a qualidade da água para consumo humano	Vigilância Sanitária Municipal
Mitigação	Emissão de alertas e avisos à população	Defesa Civil
	Fornecimento de primeiros socorros às vítimas	Corpo de Bombeiros Militar e Unidades de Saúde Municipais



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Evacuação de áreas de risco	Defesa Civil Municipal e Corpo de Bombeiros Militar
	Avaliação da situação de saúde local. Armazenar e distribuir medicamentos e insumos	Secretaria Municipal de Saúde
	Gerenciamento da redução dos riscos nos abrigos criados para atendimento da população atingida - controle higiênico-sanitário dos alimentos, água (inclusive doações), medicamentos, vacinas e estrutura física	Vigilância Sanitária Municipal
	Deteção e controle dos surtos de doenças e agravos decorrentes de desastres	Vigilância Epidemiológica
	Realização de inspeção sanitária dos sistemas de abastecimento de água e/ou soluções alternativas coletivas	Vigilância Sanitária Municipal
	Monitoramento da qualidade da água para consumo humano e distribuição de hipoclorito de sódio 2,5%	Vigilância Sanitária Municipal
	Realização de ações educativas quanto ao manuseio e armazenamento adequado de água, limpeza e desinfecção de reservatórios e tratamento intradomiciliar por meio do uso do hipoclorito de sódio 2,5%	Vigilância Sanitária Municipal



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Preparação	Acompanhamento e avaliação a situação de saúde após a ocorrência do desastre.	Todos os setores
	Intensificar as ações de controle de vetores (mosquitos) e reservatórios (roedores) nas áreas consideradas vulneráveis a sofrer efeitos do desastre	Setor de Endemias e Vigilância Epidemiológica Municipal
	Realizar controle higiênico-sanitário de alimentos e água; atenção especial no caso de residentes em abrigos temporários	Vigilância Sanitária Municipal
	Detectar e controlar os surtos de doenças e agravos decorrentes de desastres – especialmente no caso de abrigos	Vigilância Epidemiológica
	Articular e acompanhar a previsão do tempo e ameaças de alertas de novos eventos que possam vir a agravar a situação já existente	Vigilância Sanitária e Defesa Civil
	Dar continuidade a ações de monitoramento da qualidade da água para consumo humano, distribuição de hipoclorito de sódio 2,5% para a população	Vigilância Sanitária Municipal
	Avaliar e acompanhar periodicamente o estado nutricional da população, especialmente dos grupos vulneráveis.	Assistência Social



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Manter lista de recursos humanos capacitados e disponíveis para o enfrentamento imediato a evento adverso para o atendimento à população das doenças e agravos provocados pelo evento	Secretaria Municipal de Saúde
	Orientar a população atingida sobre como proceder à limpeza da lama residual das inundações e a desinfecção de domicílios, após as águas baixarem, buscando, desse modo, diminuir de maneira considerável as chances de infecção pelo contato com resíduos contaminados	Vigilância Sanitária Municipal

5.2.2 Resposta

O VIGIDESASTRES/SC propõe a atuação em Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL). A ESPIL possui um nível de resposta com impacto e/ou abrangência restrita à comunidade local e/ou nível primário em saúde pública.

Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL	Responder às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Vigilância Sanitária Municipal
	Responder às ocorrências de relacionadas ao atendimento de saúde municipal.	Secretaria Municipal de Saúde



	Responder às ocorrências relacionadas à infraestrutura municipal e ao meio ambiente.	Secretaria de Infraestrutura
	Solicitar, em caso de necessidade, Kit de medicamentos e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC, (Nota Técnica Conjunta nº 06/2022).	Secretaria Municipal de Saúde e Setor de Vigilância Sanitária
	Identificar e realizar atividades de promoção e assistência à saúde aos atingidos	Assistência Social
	Garantir que a população atingida receba orientações para o adequado tratamento da água destinada ao consumo humano / Acompanhar a distribuição de água à população a fim de garantir que ela esteja dentro dos padrões de consumo	Setor de Vigilância Sanitária

5.2.3 Recuperação

Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Avaliar os danos e identificar as necessidades para reabilitação	Todos os setores
	Identificar quais os agravos com maior incidência e realizar o manejo específico.	Secretaria Municipal de Saúde, Defesa Civil e Assistência Social
	Realizar visitas domiciliares e monitoramento da população para orientar sobre os cuidados com a saúde em relação aos sintomas de doenças e possíveis agravos decorrentes do desastre	Secretaria Municipal de Saúde, através das Agentes Comunitárias de Saúde, Agente de Combate a Endemias e Vigilâncias Sanitária e Epidemiológica.



	Intensificar as ações de Vigilância Sanitária e executar medidas de controle e de higiene nos ambientes públicos, domiciliares e comércios	Vigilância Sanitária Municipal
	Controle dos surtos de doenças e agravos decorrentes do desastre	Vigilância Epidemiológica
	Limpeza dos entulhos pós-evento. Desobstrução de vias.	Setor de Obras
	Apoio psicológico, quando solicitado	Assistência Social
	Orientar a população acerca da limpeza e de higienização	

5.3 Atuação de gestão do risco na ocorrência de desastres de origem Meteorológica (Granizo/Chuvvas Intensas/Vendaval)

5.3.1 Redução de riscos

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis (INMET, INPE, BDQUEIMADAS, EPAGRI, S2ID, Defesa Civil, etc).	Vigilância Sanitária Municipal e Defesa Civil Municipal



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de WhatsApp	Vigilância Sanitária Municipal.
	Elaboração e disponibilização de material informativo sobre prevenção de doenças e agravos provenientes de desastres de origem Meteorológica	Vigilância Epidemiológica
	Identificação de ameaças e vulnerabilidades que influenciem as condições de saúde em caso de ocorrência de desastres	Vigilância Sanitária Municipal e Defesa Civil Municipal
	Monitoramento das áreas de risco situadas no município	Defesa Civil Municipal
	Identificação de grupos vulneráveis	Setor de Assistência Social
	Realização do controle de qualidade sanitária de serviços e produtos destinados ao consumo	Vigilância Sanitária Municipal
	Monitoramento a qualidade da água para consumo humano	Vigilância Sanitária Municipal
Mitigação	Emissão de alertas e avisos à população	Defesa Civil
	Fornecimento de primeiros socorros às vítimas	Corpo de Bombeiros Militar e Unidades de Saúde Municipais



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Evacuação de áreas de risco	Defesa Civil Municipal e Corpo de Bombeiros Militar
	Avaliação da situação de saúde local. Armazenar e distribuir medicamentos e insumos	Secretaria Municipal de Saúde
	Gerenciamento da redução dos riscos nos abrigos criados para atendimento da população atingida - controle higiênico-sanitário dos alimentos, água (inclusive doações), medicamentos, vacinas e estrutura física	Vigilância Sanitária Municipal
	Deteção e controle dos surtos de doenças e agravos decorrentes de desastres	Vigilância Epidemiológica
	Realização de inspeção sanitária dos sistemas de abastecimento de água e/ou soluções alternativas coletivas	Vigilância Sanitária Municipal
	Monitoramento da qualidade da água para consumo humano e distribuição de hipoclorito de sódio 2,5%	Vigilância Sanitária Municipal
	Realização de ações educativas quanto ao manuseio e armazenamento adequado de água, limpeza e desinfecção de reservatórios e tratamento intradomiciliar por meio do uso do hipoclorito de sódio 2,5%	Vigilância Sanitária Municipal



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Preparação	Acompanhamento e avaliação a situação de saúde após a ocorrência do desastre.	Todos os setores
	Intensificar as ações de controle de vetores (mosquitos) e reservatórios (roedores) nas áreas consideradas vulneráveis a sofrer efeitos do desastre	Setor de Endemias e Vigilância Epidemiológica Municipal
	Realizar controle higiênico-sanitário de alimentos e água; atenção especial no caso de residentes em abrigos temporários	Vigilância Sanitária Municipal
	Detectar e controlar os surtos de doenças e agravos decorrentes de desastres – especialmente no caso de abrigos	Vigilância Epidemiológica
	Articular e acompanhar a previsão do tempo e ameaças de alertas de novos eventos que possam vir a agravar a situação já existente	Vigilância Sanitária e Defesa Civil
	Dar continuidade a ações de monitoramento da qualidade da água para consumo humano, distribuição de hipoclorito de sódio 2,5% para a população	Vigilância Sanitária Municipal

5.3.2 Resposta

O VIGIDESASTRES/SC propõe a atuação em Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL). A ESPIL possui um nível de resposta com impacto e/ou abrangência restrita à comunidade local e/ou nível primário em saúde pública.



Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL	Responder às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Vigilância Sanitária Municipal
	Responder às ocorrências de relacionadas ao atendimento de saúde municipal.	Secretaria Municipal de Saúde
	Responder às ocorrências relacionadas à infraestrutura municipal e ao meio ambiente.	Secretaria de Infraestrutura
	Solicitar, em caso de necessidade, Kit de medicamentos e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC, (Nota Técnica Conjunta nº 06/2022).	Secretaria Municipal de Saúde
	Identificar e realizar atividades de promoção e assistência à saúde aos atingidos	Assistência Social

5.3.3 Recuperação

Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Avaliar os danos e identificar as necessidades para reabilitação	Todos os setores
	Identificar quais os agravos com maior incidência e realizar o manejo específico.	Secretaria Municipal de Saúde, Defesa Civil e Assistência Social
	Realizar visitas domiciliares e monitoramento da população para orientar sobre os cuidados	Secretaria Municipal de Saúde, através das Agentes Comunitárias de Saúde, Agente de Combate a



	com a saúde em relação aos sintomas de doenças e possíveis agravos decorrentes do desastre	Endemias e Vigilâncias Sanitária e Epidemiológica.
	Intensificar as ações de Vigilância Sanitária e executar medidas de controle e de higiene nos ambientes públicos, domiciliares e comércios	Vigilância Sanitária Municipal
	Controle dos surtos de doenças e agravos decorrentes do desastre	Vigilância Epidemiológica
	Limpeza dos entulhos pós-evento. Desobstrução de vias.	Setor de Obras
	Apoio psicológico, quando solicitado	Assistência Social

5.4 Atuação de gestão do risco na ocorrência de desastres de origem Climatológica (Estiagem)

5.4.1 Redução de riscos

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis (INMET, INPE, BDQUEIMADAS, EPAGRI, S2ID, Defesa Civil, etc).	Vigilância Sanitária Municipal e Defesa Civil Municipal



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de WhatsApp	Vigilância Sanitária Municipal.
	Elaboração e disponibilização de material informativo sobre prevenção de doenças e agravos provenientes de desastres de origem Climatológica	Vigilância Epidemiológica
	Identificação de ameaças e vulnerabilidades que influenciem as condições de saúde em caso de ocorrência de desastres	Vigilância Sanitária Municipal e Defesa Civil Municipal
	Monitoramento das áreas de risco situadas no município	Defesa Civil Municipal
	Identificação de grupos vulneráveis	Setor de Assistência Social
	Realização do controle de qualidade sanitária de serviços e produtos destinados ao consumo	Vigilância Sanitária Municipal
	Monitoramento a qualidade da água para consumo humano	Vigilância Sanitária Municipal
Mitigação	Emissão de alertas e avisos à população	Defesa Civil
	Fornecimento de atendimento emergencial ou encaminhamento para atendimento emergencial à população atingida	Corpo de Bombeiros Militar e Unidades de Saúde Municipais



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Controle e evacuação, em caso de necessidade, de áreas de risco	Defesa Civil Municipal e Corpo de Bombeiros Militar
	Avaliação da situação de saúde local. Armazenar e distribuir medicamentos e insumos	Secretaria Municipal de Saúde
	Gerenciamento da redução dos riscos nos abrigos criados para atendimento da população atingida - controle higiênico-sanitário dos alimentos, água (inclusive doações), medicamentos, vacinas e estrutura física	Vigilância Sanitária Municipal
	Deteção e controle dos surtos de doenças e agravos decorrentes de desastres	Vigilância Epidemiológica
	Promoção de ações visando garantir que a população atingida tenha acesso a água potável para consumo	Administração Municipal
	Realização de inspeção sanitária dos sistemas de abastecimento de água e/ou soluções alternativas coletivas	Vigilância Sanitária Municipal
	Monitoramento da qualidade da água para consumo humano e distribuição de hipoclorito de sódio 2,5%	Vigilância Sanitária Municipal
	Realização de ações educativas quanto ao manuseio e armazenamento adequado de água, limpeza e desinfecção de	Vigilância Sanitária Municipal



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	reservatórios e tratamento intradomiciliar por meio do uso do hipoclorito de sódio 2,5%	
Preparação	Acompanhamento e avaliação a situação de saúde após a ocorrência do desastre.	Todos os setores
	Intensificar as ações de controle de vetores (mosquitos) e reservatórios (roedores) nas áreas consideradas vulneráveis a sofrer efeitos do desastre	Setor de Endemias e Vigilância Epidemiológica Municipal
	Realizar controle higiênico-sanitário de alimentos e água; atenção especial no caso de residentes em abrigos temporários	Vigilância Sanitária Municipal
	Detectar e controlar os surtos de doenças e agravos decorrentes de desastres – especialmente no caso de abrigos	Vigilância Epidemiológica
	Articular e acompanhar a previsão do tempo e ameaças de alertas de novos eventos que possam vir a agravar a situação já existente	Vigilância Sanitária e Defesa Civil
	Dar continuidade a ações de monitoramento da qualidade da água para consumo humano, distribuição de hipoclorito de sódio 2,5% para a população	Vigilância Sanitária Municipal
	Avaliar e acompanhar periodicamente o estado nutricional da população,	Assistência Social



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	especialmente dos grupos vulneráveis.	

5.4.2 Resposta

O VIGIDESASTRES/SC propõe a atuação em Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL). A ESPIL possui um nível de resposta com impacto e/ou abrangência restrita à comunidade local e/ou nível primário em saúde pública.

Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL	Responder às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Vigilância Sanitária Municipal
	Responder às ocorrências de relacionadas ao atendimento de saúde municipal.	Secretaria Municipal de Saúde
	Responder às ocorrências relacionadas à infraestrutura municipal e ao meio ambiente.	Secretaria de Infraestrutura
	Solicitar, em caso de necessidade, Kit de medicamentos e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC, (Nota Técnica Conjunta nº 06/2022).	Secretaria Municipal de Saúde
	Identificar e realizar atividades de promoção e assistência à saúde aos atingidos	Assistência Social

5.4.3 Recuperação



Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Avaliar os danos e identificar as necessidades para reabilitação	Todos os setores
	Identificar quais os agravos com maior incidência e realizar o manejo específico.	Secretaria Municipal de Saúde, Defesa Civil e Assistência Social
	Realizar visitas domiciliares e monitoramento da população para orientar sobre os cuidados com a saúde em relação aos sintomas de doenças e possíveis agravos decorrentes do desastre	Secretaria Municipal de Saúde, através das Agentes Comunitárias de Saúde, Agente de Combate a Endemias e Vigilâncias Sanitária e Epidemiológica.
	Intensificar as ações de Vigilância Sanitária e executar medidas de controle e de higiene nos ambientes públicos, domiciliares e comércios	Vigilância Sanitária Municipal
	Controle dos surtos de doenças e agravos decorrentes do desastre	Vigilância Epidemiológica
	Apoio psicológico, quando solicitado	Assistência Social

5.5 Atuação de gestão do risco na ocorrência de desastres de origem Biológica (Doenças infecciosas virais/Infestações de animais)

5.5.1 Redução de riscos



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis (INMET, INPE, BDQUEIMADAS, EPAGRI, S2ID, Defesa Civil, etc).	Vigilância Sanitária Municipal e Defesa Civil Municipal
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de WhatsApp	Vigilância Sanitária Municipal.
	Elaboração e disponibilização de material informativo sobre prevenção de doenças e agravos provenientes de desastres de origem Biológica	Vigilância Epidemiológica
	Elaboração e disponibilização de material informativo sobre a importância de ações de controle de vetores e pragas urbanas	Vigilância Sanitária Municipal.
	Identificação de ameaças e vulnerabilidades que influenciem as condições de saúde em caso de ocorrência de desastres	Vigilância Sanitária Municipal e Defesa Civil Municipal
	Identificação e monitoramento de grupos vulneráveis/grupos susceptíveis ao risco de adoecer	Setor de Assistência Social, Vigilância Sanitária e Epidemiológica
	Realização do controle de qualidade sanitária de serviços e produtos destinados ao consumo	Vigilância Sanitária Municipal



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Mitigação	Emissão de alertas e avisos à população	Defesa Civil
	Investigação e adoção de medidas de controle em caso de identificação de doenças notificadas / Detectar precocemente os surtos e executar ações para o controle imediato	Vigilância Epidemiológica
	Avaliação da situação de saúde local. Armazenar e distribuir medicamentos e insumos essenciais para o combate das doenças identificadas	Secretaria Municipal de Saúde
	Implantar Sala de Situação para monitoramento diário do evento, levando em consideração o risco potencial epidêmico	Vigilância Epidemiológica
	Realização de inspeção sanitária de locais identificados como propícios a proporcionar situações susceptíveis para a reprodução de pragas e vetores de diversas patologias.	Vigilância Sanitária Municipal
	Monitoramento da qualidade da água para consumo humano e distribuição de hipoclorito de sódio 2,5%	Vigilância Sanitária Municipal
	Realização de ações educativas quanto ao manuseio e armazenamento adequado de água, limpeza e desinfecção de reservatórios e tratamento intradomiciliar por meio do uso do hipoclorito de sódio 2,5%	Vigilância Sanitária Municipal



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Preparação	Acompanhamento e avaliação a situação de saúde após a ocorrência do desastre.	Todos os setores
	Intensificar as ações de controle de pragas e vetores	Setor de Endemias e Vigilância Epidemiológica Municipal
	Realizar controle higiênico-sanitário de alimentos e água; atenção especial no caso de residentes em abrigos temporários	Vigilância Sanitária Municipal
	Detectar e controlar os surtos de doenças e agravos decorrentes de desastres – especialmente no caso de abrigos	Vigilância Epidemiológica
	Dar continuidade a ações de monitoramento da qualidade da água para consumo humano, distribuição de hipoclorito de sódio 2,5% para a população	Vigilância Sanitária Municipal
	Avaliar e acompanhar periodicamente o estado nutricional da população, especialmente dos grupos vulneráveis.	Assistência Social

5.5.2 Resposta

O VIGIDESASTRES/SC propõe a atuação em Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL). A ESPIL possui um nível de resposta com impacto e/ou abrangência restrita à comunidade local e/ou nível primário em saúde pública.

Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
--------------------	-------	----------------------------



ESPIL	Responder às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Vigilância Sanitária Municipal
	Responder às ocorrências de relacionadas ao atendimento de saúde municipal.	Secretaria Municipal de Saúde
	Responder às ocorrências relacionadas à infraestrutura municipal e ao meio ambiente.	Secretaria de Infraestrutura
	Solicitar, em caso de necessidade, Kit de medicamentos e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC, (Nota Técnica Conjunta nº 06/2022).	Secretaria Municipal de Saúde
	Identificar e realizar atividades de promoção e assistência à saúde aos atingidos	Assistência Social
	Sistematizar a operacionalização do manejo e destino de animais mortos.	Secretaria de Agricultura, Pecuária, Piscicultura e Meio Ambiente e Setor de Vigilância Sanitária

5.5.3 Recuperação

Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Avaliar os danos e identificar as necessidades para reabilitação	Todos os setores
	Identificar quais os agravos com maior incidência e realizar o manejo específico.	Secretaria Municipal de Saúde, Defesa Civil e Assistência Social



	Realizar visitas domiciliares e monitoramento da população para orientar sobre os cuidados com a saúde em relação aos sintomas de doenças e possíveis agravos decorrentes do desastre	Secretaria Municipal de Saúde, através das Agentes Comunitárias de Saúde, Agente de Combate a Endemias e Vigilâncias Sanitária e Epidemiológica.
	Implementar ações integradas entre os setores de Saúde, Limpeza Urbana, Obras, Saneamento, Agricultura, Habitação e Educação, de forma a reduzir ou eliminar as condições para a proliferação de vetores e pragas urbanas	Todos os Setores
	Intensificar as ações de Vigilância Sanitária e executar medidas de controle e de higiene nos ambientes públicos, domiciliares e comércios	Vigilância Sanitária Municipal
	Apoio psicológico, quando solicitado	Assistência Social

5.6 Atuação de gestão do risco na ocorrência de desastres de origem Geológica (Corridas de Massa)

5.6.1 Redução de riscos



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis (INMET, INPE, BDQUEIMADAS, EPAGRI, S2ID, Defesa Civil, etc).	Vigilância Sanitária Municipal e Defesa Civil Municipal
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de WhatsApp	Vigilância Sanitária Municipal.
	Criar mecanismos de controle e fiscalização para evitar a edificação em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos	Defesa Civil e Setor de Obras
	Identificação de ameaças e vulnerabilidades que influenciem as condições de saúde em caso de ocorrência de desastres	Vigilância Sanitária Municipal e Defesa Civil Municipal
	Monitoramento das áreas de risco situadas no município	Defesa Civil Municipal
	Monitoramento a qualidade da água para consumo humano	Vigilância Sanitária Municipal
Mitigação	Emissão de alertas e avisos à população	Defesa Civil



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Fornecimento de primeiros socorros às vítimas	Corpo de Bombeiros Militar e Unidades de Saúde Municipais
	Evacuação de áreas atingidas e de áreas de risco	Defesa Civil Municipal e Corpo de Bombeiros Militar
	Intensificação de vistorias em áreas de risco de deslizamento para acompanhamento da movimentação do solo, como o surgimento de rachaduras, degraus de abatimento e movimentações.	Defesa Civil Municipal
	Avaliação da situação de saúde local. Armazenar e distribuir medicamentos e insumos	Secretaria Municipal de Saúde
	Gerenciamento da redução dos riscos nos abrigos criados para atendimento da população atingida - controle higiênico-sanitário dos alimentos, água (inclusive doações), medicamentos, vacinas e estrutura física	Vigilância Sanitária Municipal
	Deteção e controle dos surtos de doenças e agravos decorrentes de desastres	Vigilância Epidemiológica
Preparação	Acompanhamento e avaliação a situação de saúde após a ocorrência do desastre.	Todos os setores
	Intensificar as ações de controle de vetores (mosquitos) e reservatórios (roedores) nas áreas consideradas vulneráveis a sofrer efeitos do desastre	Setor de Endemias e Vigilância Epidemiológica Municipal



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Realizar controle higiênico-sanitário de alimentos e água; atenção especial no caso de residentes em abrigos temporários	Vigilância Sanitária Municipal
	Detectar e controlar os surtos de doenças e agravos decorrentes de desastres – especialmente no caso de abrigos	Vigilância Epidemiológica
	Articular e acompanhar a previsão do tempo e ameaças de alertas de novos eventos que possam vir a agravar a situação já existente	Vigilância Sanitária e Defesa Civil
	Promover ações de monitoramento da qualidade da água para consumo humano, distribuição de hipoclorito de sódio 2,5% para a população	Vigilância Sanitária Municipal
	Avaliar e acompanhar periodicamente o estado nutricional da população, especialmente dos grupos vulneráveis.	Assistência Social

5.6.2 Resposta

O VIGIDESASTRES/SC propõe a atuação em Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL). A ESPIL possui um nível de resposta com impacto e/ou abrangência restrita à comunidade local e/ou nível primário em saúde pública.

Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
--------------------	-------	----------------------------



ESPIL	Responder às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Vigilância Sanitária Municipal
	Responder às ocorrências de relacionadas ao atendimento de saúde municipal.	Secretaria Municipal de Saúde
	Responder às ocorrências relacionadas à infraestrutura municipal e ao meio ambiente.	Secretaria de Infraestrutura
	Solicitar, em caso de necessidade, Kit de medicamentos e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC, (Nota Técnica Conjunta nº 06/2022).	Secretaria Municipal de Saúde
	Identificar e realizar atividades de promoção e assistência à saúde aos atingidos	Assistência Social

5.6.3 Recuperação

Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Avaliar os danos e identificar as necessidades para reabilitação	Todos os setores
	Identificar quais os agravos com maior incidência e realizar o manejo específico.	Secretaria Municipal de Saúde, Defesa Civil e Assistência Social
	Realizar visitas domiciliares e monitoramento da população para orientar sobre os cuidados com a saúde em relação aos sintomas de doenças e possíveis agravos decorrentes do desastre	Secretaria Municipal de Saúde, através das Agentes Comunitárias de Saúde, Agente de Combate a Endemias e Vigilâncias Sanitária e Epidemiológica.



	Intensificar as ações de Vigilância Sanitária e executar medidas de controle e de higiene nos ambientes públicos, domiciliares e comércios	Vigilância Sanitária Municipal
	Controle dos surtos de doenças e agravos decorrentes do desastre	Vigilância Epidemiológica
	Limpeza dos entulhos pós-evento. Desobstrução de vias.	Setor de Obras
	Apoio psicológico, quando solicitado	Assistência Social

6. Organização da resposta às emergências em saúde pública.

6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

O COES é o responsável pela coordenação das ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS, sendo constituído por profissionais das Coordenações-Gerais e Áreas Técnicas da Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, bem como gestores de outras instituições envolvidas na resposta (Anexo II, por exemplo) e com competência para atuar na tipologia de emergência identificada. A sua estruturação permite a análise dos dados e das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública. O município em caso de necessidade de ativação do COES entrará em contato com Secretaria de Estado da Saúde, sendo o Secretário de Estado da Saúde o responsável pela ativação do COES (Portaria SES nº 614 e 615 de 2021), com base no parecer técnico conjunto emitido em sala de situação, definindo o nível da emergência (ESPIL,ESPIE, ESPIN,ESPII).

6.2 Sala de situação



Na ocorrência de um evento será formado um comitê interno composto por representantes da Secretaria Municipal de Saúde (item 6.1). Os representantes (Quadro 02) terão as atribuições de acionar os coordenadores responsáveis pelos setores da Secretaria de Saúde para composição da Sala de Situação, coordenar as ações assistenciais e/ou preventivas no âmbito do município e contatar as organizações vinculadas à assistência à saúde.

02. Lista de representantes da SMS.

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde	Telefone	e-mail
ALICE GOMES DA ROCHA	(49) 3247-1122	saude@lebonregis.sc.gov.br
MAIARA RIBEIRO	(49) 3247-1122	suslebonregis@outlook.com
GEAN CARLESSO DOS SANTOS	(49) 3247-0980	vigilanciasanitaria@lebonregis.sc.gov.br

7. Informações à população

Alertas antecipados sobre a ocorrência de eventos adversos, assim como informes e orientações sobre as doenças e riscos à saúde decorrentes desses eventos, são difundidos para a população municipal por meio dos canais de comunicação da Prefeitura Municipal e Defesa Civil.

Os canais de comunicação utilizados pela defesa civil municipal para a difusão de informações relacionadas a eventos adversos podem ser acessados pela população através das redes sociais [Facebook](#) e [Instagram](#) ou por meio do site oficial da [Prefeitura Municipal](#).

Ademais, a população municipal também conta com o [serviço de notificação de emergência via SMS \(mensagem de texto\)](#) da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, o qual possui como finalidade a divulgação de boletins de avisos e alertas e o fornecimento de informações antecipadas dos riscos de desastres e de eventos adversos.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

8. Capacitações

As capacitações serão ministradas de acordo com a necessidade, cabendo a cada gestor encarregado das equipes técnicas do município assegurar que adquiram o conhecimento dos procedimentos essenciais para a prevenção, mitigação e recuperação aos desastres.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

9. Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano de Contingência para Emergência em Saúde Pública por Inundação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_contingencia_saude_publica_inundacao.pdf. Acesso em: 05 out. de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de Preparação e Resposta aos Desastres Associados às Inundações para a Gestão Municipal do Sistema Único de Saúde**. 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_contingencia_saude_publica_inundacao.pdf. Acesso em: 05 out. de 2023.

CEPED. **Gestão de desastres e ações de recuperação**. 2ª ed. Florianópolis: CEPED UFSC, 2014. Disponível em: <https://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2013/02/Defesa-Civil-Modulo-03-2-ed-final1.pdf>. Acesso em: 04 out. de 2023.

CLIMATOLOGIA E HISTÓRICO DE PREVISÃO DO TEMPO EM LEBON RÉGIS. **Climatempo**, 2023. Disponível em: <https://climatempo.com.br/climatologia/4207/lebonregis-sc>. Acesso em: 02 out. de 2023.

CLIMA LEBON RÉGIS (BRASIL). Climate Data, 2023. Disponível em: <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/santa-catarina/lebon-regis-43667/>. Acesso em: 02 out. de 2023.

CLASSIFICAÇÃO E CODIFICAÇÃO BRASILEIRA DE DESASTRES (COBRADE). **Defesa Civil**, 2019. Disponível em: <https://defesacivil.sc.gov.br/download/cobra-de/>. Acesso em: 04 out. de 2023.

FREITAS, Carlos Machado de; MAZOTO, Maíra Lopes; ROCHA, Vânia da. **Guia de preparação e respostas do setor saúde aos desastres**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Secretaria de Vigilância em Saúde, 2018. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/40925/GuiaPrepara%c3%a7%c3%a3oSetorSaude.PDF?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 13 out. de 2023.

GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS – GEPHI. **Recursos Hídricos de Santa Catarina**. 2018. Disponível em: <https://www.aguas.sc.gov.br/o-sirhesc/apresentacao>. Acesso em: 13 out. de 2023.

IBGE. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/lebon-regis.html>. Acesso em: 13 out. de 2023.

LEBON RÉGIS - HIDROGRAFIA. **Fundação Brasileira para o desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: https://geo.fbds.org.br/SC/LEBON_REGIS/MAPAS/. Acesso em: 13 out. de 2023.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

LEBON RÉGIS – USO DO SOLO. **Fundação Brasileira para o desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: https://geo.fbds.org.br/SC/LEBON_REGIS/MAPAS/. Acesso em: 13 out. de 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia de preparação e resposta aos desastres associados às inundações para a gestão municipal do sistema único de saúde**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental, julho, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_preparacao_resposta_desastre_inundacoes_gestao_municipal_SUS.pdf. Acesso em: 18 out. de 2023.

REGIÕES HIDROGRÁFICAS – MÉDIA DOS ÍNDICES MUNICIPAIS – 2020. **FECAM**, 2022 Disponível em: <https://indicadores.fecam.org.br/indice/bacias-Hidrograficas/ano/2022>. Acesso em: 08 out. de 2023.

RELATÓRIO ANUAL DE QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA. **Companhia Catarinense de Águas e Saneamento**. Disponível em: https://www.casan.com.br/ckfinder/userfiles/files/rel_anu_qual_agua_2018/SRO/lom_er%C3%AA/lebon%20r%C3%A9gis.pdf. Acesso em: 18 out. de 2023.

SANTA CATARINA. **Deliberação N. 99/CIB/2022**. Plano Estadual do Programa Vigidesastres em Santa Catarina: estratégia para a revisão e o fortalecimento da rede. Florianópolis: Secretaria de Estado de Saúde 2022-2024.

SANTOS, Luiz Fernando dos; ANTONELLI, Tiago. **Setorização de áreas em alto e muito alto risco a movimentos de massa, enchentes e inundações**: Lebon Régis, Santa Catarina. RIGeo, 2018. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/19631>. Acesso em: 13 out. de 2023.

SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES SOBRE DESASTRE. **Série Histórica**. Ministério do Desenvolvimento Regional. Disponível em: <https://s2id.mi.gov.br/paginas/series/>. Acesso em: 13 out. de 2023.

SEBRAE. **Caderno de Desenvolvimento de Santa Catarina – Lebon Régis**. 2019. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Lebon%20Regis%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 12 out. de 2023.

SOBE PARA 27 O NÚMERO DE MUNICÍPIOS AFETADOS PELAS CHUVAS. **Defesa Civil de Santa Catarina**. 9 de junho de 2014. Disponível em: <https://www.defesacivil.sc.gov.br/noticias/sobe-para-27-o-numero-de-municipios-afetados-pelas-chuvas/>. Acesso em: 04 out. de 2023.



Anexos

Anexo I

Contatos interinstitucionais

Instituições	Nome	Contatos (Telefone institucional e/ou Celular)
Secretaria Municipal de Saúde	Alice Gomes da Rocha	(49) 3247-1122
Diretoria de Programas de Saúde	Maiara Ribeiro	(49) 3247-1122
Diretoria de Defesa Civil	Flávio Büher Machado Neto	(49) 9 9143-4486
Coordenadoria de Defesa Civil	Rosane Guesser	(49) 3247-0188
Secretaria de Educação	Mauricio Passos Pinheiro	(49) 3247-1134
Secretaria de Assistência Social	Nilce Dias Martins	(49) 3247-1134
Secretaria de Infraestrutura	Joaquim Leonir Prestes Caetano	(49) 3247-0188
Secretaria de Governo, Planejamento e Habitação	Valdemir Pedroso	(49) 3247-0188
Corpo de Bombeiros Militar	Thiago Gamba da Silva	(49) 3561-6889
Setor Jurídico	Fernando Padilha Kuhn	(49) 3247-0188
Secretaria de Agricultura, Pecuária, Piscicultura e Meio Ambiente	Leandro Medeiros	(49) 3247-0056
CASAN		(49) 3247-0042
CELESC		(49) 3247-1009